O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Para oferecer parecer às emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2004, concedo a palavra ao Deputado Júlio Lopes.

O SR. JÚLIO LOPES (PP-RJ. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tendo recebido do Senado Federal o retorno do Projeto de Lei que institui o Projeto de Avaliação, esclareço que a primeira emenda altera a redação do art. 3º do projeto, retirando o detalhamento das despesas a serem realizadas com a Comissão de Avaliação, embora mantendo a exclusividade da utilização dos recursos da taxa no custeio das despesas.

A segunda emenda acrescenta ao art. 3º restabelecer a isenção do recolhimento da taxa para instituições públicas de educação superior que atenda ao disposto na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

As terceira e quarta emendas suprimem o art. 5º, parágrafo único, que tratam respectivamente de critérios e periodicidade de reajuste do valor da taxa e a definição do valor adicional por participação em comissão de avaliação, cuja supressão do texto do projeto está proposta na primeira emenda.

Voto do Relator.

Com relação à primeira emenda, o objetivo do detalhamento das despesas que se encontram no projeto de conversão aprovado na Câmara dos Deputados era pontuar caminhos objetivos para assegurar a participação de docentes qualificados, vinculados a instituições federais de educação superior nas comissões de avaliação. De forma mais ampla ainda, garantir o nível e a qualidade das próprias comissões.

A redação genérica, ora proposta pelo Senado, contudo, não impede que isso aconteça, desde que o Poder Executivo, ao implementar as determinações da lei, assegure o bom nível das comissões e a presença do corpo docente qualificado que integra as instituições federais de ensino no Brasil, sendo esse compromisso assumido a emenda pode ser acatada.

Com relação à segunda emenda, em nosso primeiro parecer sobre a matéria, assim escrevemos:

A disposição que confere isenção do recolhimento da taxa de instituições de educação superior pública precisa ser considerada com cuidado. A condição para isenção e o atendimento ao que dispõe a Lei nº 9.394, de 1996, trata-se da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que deve ser cumprida por todas instituições de ensino, sejam públicas ou particulares.

Não constitui, portanto, elemento discriminador razoável que justifique a isenção para umas e não para outras.

Sobre a mesma questão também afirmamos que a decisão de abertura de novos cursos não passa pelo INEP, cujo orçamento, contudo, teria que complementar a sua expansão, as necessidades futuras de reconhecimento com as respectivas comissões de avaliação. É muito mais razoável e preciso que no orçamento de cada instituição, de acordo com os seus projetos de desenvolvimento, sejam previstos os recursos necessários para os custeios das atividades de avaliação. Desse modo, ainda que os recursos tenham a mesma fonte, parece mais racional que o orçamento de cada unidade interessada contenha a respectiva dotação com os recursos indispensáveis, para que sejam eles transferidos ao INEP, sob a forma de taxa, em cada ocasião que isso se fizer necessário.

Não foram apresentadas, ao nosso ver, razões que contradigam esta posição. No entanto, reconheço as atuais dificuldades orçamentárias enfrentadas pelas Instituições Federais de Ensino Superior e considero possível aceitar a isenção proposta, evitando que os poucos recursos de custeio dessas instituições sejam utilizadas para as atividades de avaliação externa.

Cabe, porém, insistir no fato de que há razão para conceder a isenção. O cumprimento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação parece pouco discriminador, já que as determinações desse diploma legal devem ser cumpridas por todas as instituições públicas e por todas as instituições particulares.

É provável que tal dispositivo, assim fundamentado, enseje questões judiciais com o risco de que inúmeras instituições deixem de recolher a taxa ora instituída.

Em relação às Emendas nºs 3 e 4, o Projeto de Lei de Conversão manteve o *caput* do art. 5º que constava do texto original da Medida Provisória nº 153, retirando, portanto, a autorização por ser inconstitucional, para que o Poder Executivo procedesse à alteração do valor da taxa. O entendimento era o de que seria oportuno manter a explicitação dos critérios sugeridos pelo próprio Poder Executivo.

É verdade que, mesmo não sendo mencionados, necessariamente deverão ser levados em conta por ocasião do reajuste do valor da taxa, de acordo com as boas normas do Direito tributário. Já o parágrafo único foi acrescentado para atribuir, de imediato, um valor ao adicional instituído no art. 3º cuja supressão está proposta pela Emenda nº 1. Em resumo, o *caput* do art. 5º, a rigor, pode ser dispensado e seu parágrafo único perde a razão de ser, uma vez acatada a primeira emenda.

Ao concluir este parecer, é preciso ressaltar que o Projeto de Lei de Conversão originalmente aprovado no plenário desta Casa constitui, a nosso ver, peça que contém todos os elementos necessários à boa operacionalização da avaliação de instituições e cursos de graduação integrantes do sistema federal de ensino. O acolhimento das emendas aprovadas no Senado Federal representa sobretudo gesto de confiança nos compromissos assumidos pelo Poder Executivo em encontrar as soluções para assegurar, com justa retribuição pecuniária, a indispensável participação dos competentes professores das instituições federais de ensino nas comissões e a sustentabilidade financeiras das atividades de avaliação.

Admite-se, porém, que a conveniência administrativa, no âmbito do Poder Executivo, sugira que não esteja prevista, de imediato, a forma de retribuição pecuniária a tais servidores públicos da União. Embora sob o convencimento da adequação do modo proposto no projeto de lei de conversão, é razoável deixar à discricão do Poder Executivo a escolha da forma de fazê-lo, de acordo com suas condições administrativas concretas. Finalmente, embora afirmando a posição de que a plena autonomia das instituições federais de ensino superior, em especial as universidades, supõe a existência, em seus orçamentos, dos recursos indispensáveis ao custeio de suas atividades, inclusive as de avaliação, é aceitável conceder-lhes a isenção do recolhimento da taxa, à vista das limitações orçamentárias que elas enfrentam.

Tendo em vista o exposto, voto pela aprovação das emendas nº 1, 2, 3 e 4, do Senado Federal, ao projeto de conversão nº 14, de 2004.